

# DAS MEMÓRIAS NEGRAS NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIA E LUTA QUILOMBOLA NO ANDIRÁ, BARREIRINHA-AM, BRASIL

Júlio Cláudio da Silva\*  
João Marinho da Rocha\*\*

## Resumo

Este texto evidencia processos sociais recentes de emergências étnico-raciais na Amazônia. Toma como objeto, as experiências de seis comunidades quilombos do rio Andirá, Barreirinha-AM, fronteira com o Estado do Pará. Após cerca de quinze anos de intensas mobilizações e lutas, construíram e politizaram uma memória étnica relativa aos mundos do cativo, conseguindo com reconhecimento enquanto “remanescentes de quilombo” em 2013, estando agora no aguardo das titulações de seus territórios tradicionais ocupados desde os fins do século XIX.

**Palavras chave:** Memória; Quilombola; Amazônia.

## Abstract

This text highlights recent social processes of ethnic-racial emergencies in the Amazon. After about fifteen years of intense mobilizations and struggles, they have built and politicized an ethnic memory related to the worlds of captivity, achieving with the support of the indigenous peoples of the Andar River, Barreirinha-AM, bordering the state of Pará. Recognition as “remnants of quilombo” in 2013, and are now awaiting the titling of their traditional territories occupied since the late nineteenth century.

**Key words:** Memory; Quilombola; Amazônia.

O presente artigo dedica-se a refletir acerca da utilização da metodologia da História Oral e das Memórias Negras, no Baixo Amazonas. O uso das fontes orais na Amazônia, para a escrita da História da região,

nos remete as possibilidades de romper com as memórias cristalizadas nos registros produzidos pelos religiosos, viajantes naturalistas entre outros, agentes sociais externos a região, que ao fim e ao cabo, ofi-

---

\* Professor de História da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Doutor em História social pelo PPGH/UFF. E-mail: julio3oclps@gmail.com

\* Professor de História da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM. E-mail: jmrocha.hist@hotmail.com

cializaram equívocos e mitos sobre a natureza, o homem e as culturas desta região. Por outro lado a História Oral possibilita a escrita da História em diálogo com os sujeitos locais.

Na Amazônia, em geral e no Leste do Estado do Amazonas ou Baixo Amazonas em particular (municípios de Boa Vista do Ramos, São Sebastião do Uatumã, Uruará, Nhamundá, Parintins e Barreirinha), há uma visibilidade, no âmbito nacional e internacional, de uma cultura marcadamente indígena. Parte deste fenômeno se deve ao espetáculo cultural promovido, a partir do festival folclórico de Parintins (Bumbás Garantido e Caprichoso). Isto se liga com questões apontadas por estudiosos quando tratam das culturas negras na região, a exemplo de Funes (1995), ao salientar que situações como essa, faz com que a escravidão negra e as culturas de matrizes africanas se deslocassem a um plano menor, constituindo um vazio na historiografia regional, fato evidente quando se busca estudos sobre as comunidades negras rurais, quilombolas ou não, que se constituíram ao longo da História. Nesse sentido a História Oral se apresenta como uma metodologia fundamental para a produção de fontes privilegiadas para a escrita da História desses atores sociais.

## Da presença negra na Amazônia

A escravidão negra na Amazônia esteve envolvida até pouco tempo numa discussão historiográfica que tendeu a enfatizar os números de escravos trazidos para a região, extremamente reduzido e, portanto, “insignificantes” sempre comparando às demais regiões do país. Esta insistência auxiliou em processos de apaziguamento da presença negra durante a colonização e além dela, compondo os processos sociais da Amazônia nos séculos XIX e XX.

Quando se trata de escravidão na Amazônia, o mais comum é iniciar com uma ressalva. A maioria dos trabalhos assegura que o uso da escravidão negra foi pouco significativo na economia da amazônica do século XVII e primeira metade do século XVIII (...) agregando-se ainda a existência de uma abundante população indígena passível de engajamento na produção através de formas de trabalho compulsório (SAMPAIO, 2011 p.15).

Sobre a “opção” historiográfica pelo apagamento da presença negra na Região Amazônia, Sampaio (1997) identifica dois momentos.

O primeiro se atém às reduzidas proporções numéricas, e como isso impactou pouco na economia regional, não tendo por isso, muita relevância na discussão historiográfica acerca da mão-de-obra. Fazem parte desse movimento Pereira (1949) e Reis (1989). Tais questões numéricas e puramente econômicas, atreladas aos anseios comparativos da Plantation/escravidão nordestina para com a Amazônia, acabaram ensejando entendimentos da desconsideração dessa presença negra relevante na Região, “em especial, no Amazonas” (SAMPAIO, 1997). Contrapondo Reis e Veríssimo, Funes, (1996, p. 470), afirma que o escravo africano foi encontrando meios de superar as adversidades e adaptar-se a uma nova sociedade, tornando o seu cotidiano e sua convivência mais suportável. Negros e indígenas dividiram os mundos de trabalho na Amazônia.

O segundo momento historiográfico, pelo contrário, “vêm mostrando realidades diferenciadas, ajudando a jogar por terra décadas de silenciamento sobre a presença africana na região” (SAMPAIO, 1997). Fazem parte estudos como os de Acevedo-Marin, (1985); Funes (1995); Gomes, (1997); Bezerra Neto (2001; 2009); Chambouleyron (2004; 2006); Acevedo e Castro (2004; 2006), dentre outros. A leitura atenta des-

ses estudos aponta outros caminhos para lermos o mundo da escravidão na Amazônia, não apenas na perspectiva dos números evidenciados nas baixas entradas de escravos na Amazônia, quando comparados as demais regiões monocultoras do país.

A mão de obra negra, mesmo em reduzida quantidade numérica se comparada às demais áreas de *plantation*, foi fundamental para economia da região. Em seu estudo sobre a elite mercantil do Amazonas, Patrícia Sampaio surpreendeu-se ao notar que a mão-de-obra escrava, embora relativamente escassa na região de Manaus, foi fundamental na composição das fortunas durante o terceiro quartel do século XIX. A discussão acerca do trabalho indígena, segundo a autora, fez com que os historiadores não percebessem o papel desempenhado pelos negros de ganho, pelas vendedoras, pelos pedreiros, carpinteiros, sapateiros lavradores e serviços domésticos, na cidade de Manaus e seus arredores (GOMES, 2003).

Ainda no século XIX, tais sujeitos construíram espaços de identidades e o que Almeida (2008) chama de “territorialidades específicas”, marcadas por seus modos de vida, uso do território e liberdades que se fizeram à revelia dos controles do Estado Imperial e Republicano. Formaram territórios étnicos, por exemplos, para além das cachoeiras do Rio Trombetas -PA (ACEVEDO; CASTRO, 1998) e para além das águas “bravas” do Rio Andirá-AM (ROCHA, 2016), nas calmarias das cabeceiras do Matupiri. Atualmente, recorrem à memória e a tradição, construídas a partir de suas demandas atuais de reivindicantes, buscam dialogar as memórias sobre o cativo no Andirá e sustentar suas demandas frente ao Estado brasileiro, pois,

As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente

determinadas. Se hoje existem territórios quilombolas é por que em um momento histórico dado um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e instituiu um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais. (RESENDE-SILVA, 2008, p. 5-6).

Funes, (1995), ao falar sobre o Oeste Paraense, afirma que os rios (Curuá, Erepecuru e Trombetas) acabaram também sendo rios “dos pretos e das pretas” que subiram o Rio Amazonas fugindo das fazendas de gado e das lavouras de cacau de Santarém, Óbidos e Alenquer na segunda metade do século XIX. Ainda Funes (1995, p. 470), alerta para o fato de que “na Amazônia a escravidão negra não foi tão expressiva, em termos quantitativos, quanto nas regiões açucareiras, mineradoras ou cafeicultoras. Todavia, (...) o negro constituiu parcela significativa da mão-de-obra, em especial na agropecuária, serviços domésticos e atividades urbanas”.

Esses negros buscavam nos contatos com os povos indígenas as saídas para construção de seus múltiplos espaços de liberdades e identidades, amocambando-se em lagos distantes ou acima das cachoeiras. A presença de índios amocambados junto aos negros fugidos aparece com frequência, em relatórios de chefes das províncias Pará e Amazonas do final do século XIX, formando “comunidades interétnica” (GOMES; QUEIROZ, 2003).

É importante aqui apontar as fugas como uma estratégia dos negros para furarem os espaços da escravidão. Como tal, havia contextos e tempos propícios para as mesmas acontecerem. O tempo privilegiado estava associado às “água grande” e ao tempo das festas de santos. No período das cheias dos rios aumentava, consideravelmente, as possibilidades de locomoção para as cabeceiras aproveitando-se dos muitos furos e paranás,

por exemplo, e o segundo pelas possibilidades de maiores contatos com outros sujeitos em mesma condição de subalternidade em busca de construção de outros espaços para a liberdade que neste caso são o que o Estado chamou de quilombo. Funes (1996, p. 474) aponta que o “tempo de festa, tempo de cheia, tempo da castanha- é esse o tempo da fuga”

Não dá mais para ler a presença negra na Amazônia apenas pelo viés da quantidade numérica, pois, “aplicado à Amazônia, todo procedimento em busca do conhecimento torna-se plural” (FREITAS, 2012, p.39). Em nossas pesquisas buscamos não somente considerar os dados estáticos em si, mas também os múltiplos significados da presença negra. Nesse sentido estamos interessados em perceber como a presença negra se articularam aos espaços e mundo amazônicos e aqui construir novos espaços de liberdades e territorialidades específicas.

## Dos quilombolas do Andirá

As comunidades quilombolas do Rio Andirá, situadas no Município de Barreirinha, no Estado do Amazonas, lutam há mais de dez anos para receberem o título de quilombola e a posse definitiva da terra. A primeira titulação foi obtida no ano de 2013. Diversos aspectos desse processo de luta política e mobilização social, protagonizado pelos quilombolas do Matupiri, foram registrados e analisados em trabalhos de conclusão de curso desenvolvido por acadêmicos do Centro de Estudos Superiores de Parintins, desde 2010.

Os trabalhos sobre os quilombolas do Matupiri, produzidos a partir do Centro de Estudos Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do Amazonas, buscaram de modo geral, registrar os percursos daquelas comunidades pelo seu reconhecimento en-

quanto remanescentes quilombolas. Fazem parte daquelas iniciativas as monografias de conclusão do curso de História, (MOURÃO, 2010; CAMPOS, 2010; GOMES, 2010)<sup>1</sup>, assim como os projetos de Iniciação Científica desenvolvidos no segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014, bem como os TCC`s defendidos em 2014 (SOUZA, 2013; PONTES, 2013; BRAS, 2013; GUERREIRO, 2013). Os referidos trabalhos fizeram parte dos primeiros esforços para a construção e reunião de acervos orais sobre as comunidades quilombolas do Rio Andirá.<sup>2</sup>

Como frutos dessas pesquisas foram escritos quatro artigos apresentados em congressos especializados nas discussões sobre fontes orais e produção de conhecimentos e preservação de acervos orais (ROCHA, 2013; 2014) e (SILVA, 2013; 2014). Rocha e Silva continuam o aprofundamento dessas pesquisas de modo articulado aos estudos de mais três pesquisas de iniciação científica (GAIA, 2015; MARQUES, 2015; TRINDADE FILHO, 2015) e o TCC escrito por Janete (2015). Todos os estudos realizados promoveram significativos diálogos entre as narrativas orais dos moradores das comunidades sobre os processos construção da identidade étnico-racial e os trabalhos que versam acerca da questão negra na região (FUNES, 1995); (GOMES, 1999); (SAMPAIO, 1997, 2011, 2012); (FARIAS JÚNIOR, 2013).

As análises dos estudos das narrativas orais dos sujeitos de Santa Tereza sobre processos de construção da identidade étnico-racial, necessariamente, nos conduz para as leituras da História da escravidão no Baixo Amazonas, a partir das comunidades negras

1 As pesquisas citadas foram realizadas sob orientação dos professores Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira, Rooney Barros e Monica Xavier de Me-deiros.

2 As pesquisas receberam orientação dos professores Júlio Claudio da Silva e João Marinho da Rocha e foram financiadas pela FAPEAM.

do Rio Andirá. São atores sociais que construíram seus espaços de liberdades entre comunidades ditas ribeirinhas e indígenas Sateré-Mawé. Nesse sentido esses estudos compõem uma rede de conhecimentos sobre a temática negra na Amazônia, a partir do Baixo Amazonas.

A historiografia recente sobre a questão do negro no Amazonas vem preenchendo um vazio sobre a temática e aos poucos decretando o “fim do silêncio” (SAMPAIO, 2011) ao indicar as múltiplas marcas da cultura negra no Estado. Também com Farias Júnior (2013), que realizou importante estudo junto às comunidades negras Tambor, no Município de Novo Airão-AM. Este dialoga como os pressupostos do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA/UEA, analisa “os processos sociais” das comunidades do Rio Tambor frente as suas reivindicações de identidade coletiva quilombola num contexto de luta pela permanência nas terras após regulamentação de áreas de conservação permanente.

Para o Estado do Amazonas os estudos de Sampaio (1997; 2011; 2012) iluminam a escravidão negra no século XIX, com destaque para a cidade de Manaus. Como e por que entraram, por onde e como foram distribuídos. Contudo, ainda são poucos os estudos no Estado do Amazonas que se preocuparam com os processos pós-abolição e principalmente formação de comunidades quilombolas. Destacamos aqui o trabalho de Farias Júnior (2013), que tem estudado as comunidades no Rio dos Pretos, em Novo Airão, quilombo do Tambor. Este autor analisou os “processos sociais de reivindicação da identidade coletiva enquanto comunidades remanescentes de quilombo, frente a uma ‘situação social’ de conflito, ocasionada pela implantação de uma unidade de conservação de proteção integral”.

Cavalcante (2011) ao tratar das fugas de escravos no período Imperial ilumina o fluxo dos negros no Grão-Pará, especialmente entre os atuais Estados do Pará e Amazonas. Seu texto “Fugindo, ainda que sem motivos: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial”, analisa jornais da cidade de Manaus e traz ricas informações sobre os intensos contatos entre os escravos fugidos do oeste paraense para Amazonas no final do século XIX.

Segundo Cavalcante muitos negros em fuga optavam por adentrar as margens direitas do Rio Amazonas como o Paraná do Ramos e o Andirá, por onde parecia ter menos controle estatal, haja vista que as margens esquerdas, com os rios Trombetas, Erepecuru e Curuá estavam intensamente “vigiadas” pela presença do Estado colonial, da existência conhecida de comunidades de negros fugidos que buscaram as “águas bravas”, as cabeceiras dos rios, onde também construíram seus territórios/espacos e determinaram suas fronteiras à revelia daquelas impostas pelo Estado (FUNES, 1995; GOMES, 1997).

As análises dos jornais realizadas por Cavalcante (2011) indicam basicamente dois centros de fugas nesta parte da Amazônia: o primeiro de Santarém ou Óbidos e o segundo de Manaus. Do primeiro há relatos da subida dos fugidos pelo Rio Amazonas e do segundo, ou subiam para o Rio Negro, ou desciam adentrando o Rio Madeira em certos casos ou seguindo as correntezas do Rio Amazonas e adentrando as Vilas de Ega (atual cidade de Maués), Vila Bela da Imperatriz (atual cidade de Parintins) e Freguesia do Andirá (próximo a atual cidade de Barreirinha).

Nessa luta por reconhecimentos como comunidades de remanescentes de quilombo, tais comunidades de todo Brasil se arti-

culam para acessar seus direitos, indicados no âmbito da ressignificação do termo quilombo, do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC) da constituição federal de 1988. Tal artigo confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (O'DWEYER, 2005). “Ali se nomeava e se atribuía direitos a um heterogêneo conjunto de comunidades de predominância negra que, salvo raras exceções, não se pensavam em qualquer medida como ‘remanescentes das comunidades de quilombos’ (BRANDÃO et al, 2010, p.78)”. Sua aprovação proporcionou uma “revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão” (MATTOS, 2005, p 106).

É também nesse contexto que o termo “quilombo” deixa suas limitações históricas, a partir do modelo de Palmares, forjado no contexto da colonização, onde o conselho ultramarino definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Esta definição influenciou toda uma pesquisa histórica da temática quilombola até a década de 1970 (SCHIMITT, 2002).

Dentro desse cenário de possibilidades e dispositivos legais, é que serão encampadas lutas por todo país por reconhecimento das terras de remanescentes de quilombo. Somam-se a isso outras questões, pois, “além da referência étnica e da posse coletiva da terra, também os conflitos fundiários vivenciados no tempo presente aproximavam o conjunto das ‘terras de preto’, habilitando-as a reivindicar enquadrar-se no novo dis-

positivo legal” (MATTOS, 2005, p.106).

Ao se referir a esses novos grupos étnicos, que tradicionalmente ocuparam suas terras, Almeida (1998, p.17), afirma que:

Há situações históricas peculiares em que grupos sociais e povos percebem que há condições de possibilidade para encaminhar suas reivindicações básicas, para reconhecer suas identidades coletivas e mobilizar forças em torno delas e ainda para tornar seus saberes práticos um vigoroso instrumento jurídico-formal.

Esse contexto reivindicado socialmente abriu, portanto, possibilidades para a busca dos direitos diferenciados de grupos étnicos-raciais que foram criados na forja da história colonial, marginalizados e esquecidos na construção da nação e ressurgidos no contexto multiculturalista do final do século XX. Apresentando-se enorme desafio para historiadores, antropólogos e cientistas sociais engajados em torno da questão (MONTEIRO, 2006).

Nesse cenário de possibilidades de busca por acessar direitos e (re) afirmação da Identidade étnico-racial no Brasil, vale ressaltar a atuação dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos negros que:

Buscam formas concretas de expressões culturais para interpretá-las dentro de uma perspectiva mais ampla. (...). Ao integrar em um todo coerente as peças fragmentadas da história da África (negra) – candomblé, quilombos, capoeira- os intelectuais constroem uma identidade negra que unifica os atores que se encontravam anteriormente separados. A identidade é neste sentido elemento de unificação das partes, assim como fundamento para uma ação política (...) (ORTIZ, 2006, p. 141).

Para Almeida (2012) foi no início da década de 1990 que ocorreram às chamadas “quebradeiras de coco babaçu”. Em outras palavras, foi nos primeiros anos de imple-

mentação da “Constituição Cidadã” que os “quilombolas” colocaram as suas pautas de reivindicações, em meio a um ambiente de forte efervescência política e mobilização social.

No início da década de 90 foram às chamadas “quebradeiras de coco babaçu” e os “quilombolas” que se colocaram na cena política constituída, consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, tais como os “castanheiros” e os “ribeirinhos” (...). Além destes começaram a se consolidar no último lustro, as denominadas “comunidades de fundos de pasto” e dos “faxinais”. Estes movimentos, tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 1998, p.19).

As comunidades passam a se articular em torno de elementos que os unisse na busca de acessar seus direitos. Para isso acionam os mais variados elementos e entidades externas. Essa questão legal se consolidou quando o decreto 4.887, de 20/11/2003, regulamentou que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto-identificação da própria comunidade.

Tais comunidades, por sua vez, passam a ser compreendidas também como grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência á opressão histórica sofrida (ALMEIDA, 1998).

Nos primeiros anos do século XXI as comunidades negras rurais do Matupiri, em diálogo intenso com as experiências das outras partes do país, especialmente do Oeste Paraense, também iniciaram seus processos de:

luta por reconhecimento, a luta foi o seguinte, começou em 2005, quando teve a primeira pesquisa aqui dentro da comunidade. Veio uma professora, uma pesquisadora por nome Ana Felícia, ela veio pesquisar aqui porque ela viu no histórico que existia negro no Amazonas, e a onde ela foi indicada, foi no Andirá. Ai, ela chegou aqui, conversou com o pessoal que foram contando que a gente tinha sangue de negro, porque o nosso princípio tinha vindo da África. Ai, foi que começou a ter o levantamento da procura dos negros né. Ai, chegou à conclusão que hoje nós somos reconhecido. Essa luta foi muito grande, tá sendo até hoje muito grande essa luta.<sup>3</sup>

Outro aspecto pertinente nos esforços de pesquisa sobre construção da identidade quilombola no Matupiri a partir do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas é sobre as posturas metodológicas com as fontes orais. Em sua predominância, os estudos aparam-se nos procedimentos da História Oral (ALBERTI, 2013; ALBERTI, 2004; MEIHY, 2005; MEIHY e YOLANDA, 2011). Este artigo indica uma reflexão acerca de como as narrativas orais vem sendo utilizadas por pesquisadores da UEA para compor narrativas históricas acerca dos processos indenitários quilombolas na região do Matupiri, Barreirinha –AM.

## Das memórias no Andirá

Os colaboradores que concederam as entrevistas que constituem o corpus documental sobre a História dos quilombolas do Matupiri definem-se como descendentes, bisnetos ou netos dos pioneiros nascidos na comunidade no século XIX. Suas narrativas recuperam as memórias, compartilhadas entre as famílias, de geração á geração sobre as suas origens e experiências, que remetem a uma

3 Maria de Lourdes, agricultora, 53 anos.

memória do cativo. Ao mesmo tempo revelam práticas culturais, que remetem a experiência do período escravista como cantos e danças. Essas memórias são acionadas como capital simbólico para afirmação da identidade quilombola.

O London é uma dança muito simples mais elas são coreografadas, ao mesmo tempo ela se torna simples, mas bem “ótica”, na forma do bailado, no decorrer da dança são duas filas. O maior momento dessa dança é o desafio, quando sai um cavaleiro de lá e fica desafiando o outro até errar o passo.<sup>4</sup>

O jaçanã ele tem uma participação mais bem agitada né, porque no London não existe a caixinha (...). é só instrumental, ai fica mais bem agitado (...) tem o mesmo processo do boi apresenta o pai Francisco e mãe Catirina, a diferença que a figura do boi é um jaçanã<sup>5</sup>.

A garcinha ela é tipo a pastorinha, são dois cordões, mas tem a participação das mulheres, existe alguns meninos que brincam, são os pretinhos. Ai elas sai por figura, cada item vai lá e se apresenta no meio do cenário, ate chegar no ultimo membro do cordão. A figura mais importante é são Jorge cavaleiro que é representado por um rapaz e a dançarina dele, então eles fazem um momento muito especifico nessa dança da garcinha. Cada brincadeira dessas uma musica “garça, linda garcinha que nasce na natureza e há de ser rainha.”<sup>6</sup>

Em seu processo de construção de memória Cilda de Castro situa-se na mesma linhagem da família que deu origem ao núcleo comunitário de Santa Teresa do Matupiri.

meu pai Manoel Colares, minha mãe era Terezita, neta da dona Tereza, primeira moradora daqui, eles vieram fugidos, entraram nessa cabeceira do Matupiri, e foi ela que colocou esse nome, porque era pequena (a

cabeceira) igual a um peixinho [...]. A vovó disse que eles vieram no tempo da cabanagem da guerra, vinha uma lancha atirando e eles com medo fugiram pra cá com medo e se esconderam aqui.<sup>7</sup>

Os primeiros moradores foi a minha mãe, minha vó, meus tios, meus avôs, que ainda existiam no ...quando, logo que vieram pra essa comunidade. Primeiro morador foi eles...meu avó primeiro era o Francisco Cabral, outro pai da minha mãe era Domingo Freitas, a minha vó era Maria Tereza Albina de Castro...esse povo que tão aqui já chegaram depois de nós construir a comunidade.<sup>8</sup>

Ao longo das diversas narrativas sobre a origem das comunidades quilombolas do Matupiri, são recorrentes as menções á atuação de Dona Tereza na constituição daquele grupo quilombola. Esta memória compartilhada ganha relevo, entre outros fatores, por apontar para o protagonismo feminino no interior desta comunidade. Um protagonismo que encontra ainda repercussão, quando observamos o papel desempenhado pelas lideranças femininas no processo de luta e mobilização para a conquista do reconhecimento como quilombolas (ROCHA e SILVA, 2015, p 103).

Dona Rosa Lolita, em entrevista concedida no ano de 2015, apresenta outra narrativa sobre as origens da comunidade.

Rosa Lolita:

Eu sei um pouco que é que a minha, a mãe da minha avó era eles que eram descendente de quilombo, que eles vieram, eles contavam que eles vieram fugidos de lá né, ai vieram pra cá entraram nesta cabeceira e começaram a fazer a (bom dia)...comunidade aqui ai começou essa comunidade era só aquela pontinha aonde hoje estão festejando a festa de São Sebastião, ai eles começaram a fazer essa comunidadezinha lá, veio o pessoal do

4 Entrevista com a Sr. Ademir Belém, 42 anos, agricultor, Abril de 2010. Apud (SILVA, 2010)

5 IDEM

6 Entrevista com a Sr. Ademir Belém, 42 anos, agricultor, Abril de 2010. Apud (SILVA, 2010)

7 Entrevista com a Sra. Cilda de Castro 60 anos Apud (MOURÃO 2010).

8 IDEM

Itucara, fizeram ai e surgiram algumas casas, mais ainda não era mesmo comunidade, ai depois que ingressou mais algumas famílias, ai começaram a se organizar disseram que iam fazer um barracão pra fazer uma igreja, ai chamaram o padre, o padre veio e achou que deveria formar uma comunidade, ai formaram essa comunidade, ai tinha essa minha avó que o nome dela era Maria Tereza, ai depois apareceu mais um outro que era o irmão dela que era o seu Teodoro, depois o seu Manoel Benedito Rodrigues, então foram esses ai que foram os primeiras pessoas a formar essa comunidade.<sup>9</sup>

Também Lorença da Silva ao ser indagada sobre as origens da comunidade quilombola do Lago do Matupiri, se remete a uma memória do cativo, para construir a sua narrativa.

eles fugiram e eram escravos, fugiram de noite. A dona Tereza veio na barca com a família dela, já no Rio Andirá o vento ficou tão forte que alagou a canoa. Ai ficou só ela a mãe dela e o pai dela e outro irmão dela, passaram um dia no Rio Andirá com a canoa de boca pra baixo[...] até chegar na praia do Açu. Quando eles chegaram vinha um pessoal que “matava”. Ai, pegaram o pai dela que não podia mais andar, já estava todo entravado, pegaram e mataram ele penduraram uma banda no galho a cabeça colocaram no sol e outra banda no outro lugar [...]. Após isso ela veio remando e chegou seis horas da tarde aqui, não tinha ninguém.<sup>10</sup>

As narrativas das senhoras Cilda de Castro, Rosa e Lorença Enedina revelam uma descrição detalhada sobre a origem do surgimento da comunidade. Nela a família Castro é descrita como pertencente ao núcleo familiar fundador da comunidade.

9 Entrevista com o Sra. Rosa Lolita 46 anos agricultora realizada pelo acadêmico da universidade do estado do Amazonas Carlos Alberto Trindade para o projeto de Iniciação Científica/PAIC 2015.

10 Entrevista com a Sra. Lorença da Silva 90 anos Apud (MOURÃO 2010).

Uma terceira versão revelada por Dona Eduarda e Dona Benedita, sobre as origens das comunidades quilombolas do Matupiri, as remete a uma experiência ligada ao cativo, mas, sobretudo, à Cabanagem.

Segundo Eduarda Trindade,

O finado meu avô chegou pra cá inicio de ...assim de ... de turma né... aí ele veio embora pra cá... que vieram né... aí não teve uma corrida que... que ... pois é... essa cabanagem... nesse tempo... é desse tempo que eu nasci, aí chegou pra cá... aí se agradou da finada minha avó já e ficou por aí... Na turma né... que turma que eles vieram não contaram não... só ele contou que era...do... da África. (...) <sup>11</sup>

Segundo Dona Benedita,

[...] pra não querem morrer né fugiram... tempo da cabanagem que eles fugiram de lá de ...vieram embora pra cá, ficaram por aqui... eles atravessam na baiacu dentro do barranco disque... só sei que passaram pra cá, não sei como né, nunca andei por ai não pode dizer assim que era historia lá...só sei que acertaram pra cá e vieram embora dentro do barranco... Eram quatro a modo esses que vieram fugido é ... Quatro homem e duas mulher ... Passaram. <sup>12</sup>

Esta hipótese sobre o surgimento das comunidades a partir da construção de um espaço para abrigar homens e mulheres em fuga, em decorrência dos combates estabelecidos a partir da Cabanagem, sugere a possibilidade do surgimento dessas comunidades, ligarem-se a processo de mobilização e luta mais amplo. Um processo sacudiu o Império Brasileiro e cujos desdobramentos, em certa medida, atingiram o Baixo Amazonas. Por outro lado o processo de luta e mobilização, estabelecido nessas comunidades, nas primeiras décadas do século XX, dialoga

11 Entrevista com a Sra. Eduarda Trindade, 71 anos, aposentada, Abril de 2010. Apud (SILVA, 2010).

12 Entrevista com a Sra. Benedita Ribeiro, 56 anos, agricultora, Abril de 2010. Apud (SILVA, 2010.)

e articula-se com o processo de mobilização negra que agitou o Brasil e atingiu Brasília, quando da elaboração da Constituição de 1988. Esta mobilização dos movimentos quilombolas garantiu o reconhecimento dessas comunidades previstas no artigo 68 da Constituição. Dispositivo este que alimentou e tem alimentado os movimentos sociais quilombolas na luta pelo reconhecimento de seus direitos a terra.

## Considerações finais

A intenção deste artigo foi iniciar uma reflexão no âmbito do grupo de pesquisa histórica do Amazonas GEHA, acerca da produção do conhecimento na Amazônia. Uma produção que escute, contextualize e por fim analise as vozes dos sujeitos. A partir de como constroem suas memórias sobre seu passado e o que narram para compor as Histórias sobre si.

Nossa postura dialogou com os indicadores de Torres (2005, p.185) sobre o ofício do antropólogo diante da Amazônia. Segundo ela, este “deve se preocupar mais em definir processos individuais e específicos, explicando a dinâmica dos grupos e das fronteiras, do que burilar conceitos”. Tais indicadores também são pertinentes para a pesquisa histórica, especialmente quando se trata de comunidades quilombolas na Amazônia, a exemplo dessas cinco que se apresentam como tais no Rio Andirá.

Nisso, podemos analisar as “filhas do Andirá” como sujeitas que constroem sua história pautadas numa memória étnica que foi politizada e é cotidianamente atualizada e materializada no estabelecimento de certa identidade étnico-racial diferenciada que exige outras posturas por parte das comunidades.

Este texto promoveu uma reflexão sobre as questões do negro na Amazônia, em es-

pecial no Amazonas. Tomamos como foco os processos de emergências étnicas quilombola que vêm ocorrendo há pelo menos quinze anos neste Estado. Focamos os processos de construção de memórias das cinco comunidades do Rio Andirá no município de Barreirinha, que em 2013 receberam da Fundação Cultural Palmares a titulação de remanescentes de quilombo. A partir daquele registro no Diário Oficial da União as comunidades passaram a ser denominadas Quilombo do Matupiri. Neste momento eles passam pelo processo de demarcação de seus territórios específicos. As análises das narrativas orais dos sujeitos do quilombo foram pautados na metodologia da História Oral e evidenciam, dentre outras questões, que aqueles sujeitos passam a ressignificar suas práticas socioculturais e atribuir novos e variados sentidos e significados que, ao que tudo indica, dão conta de sua ancestralidade. O fazem ao lado de outros processos e formas de espaços e tempos de sociabilidades que auxiliam na pertença Étnica construída para sua nova identificação.

Os estudos feitos a partir das fontes orais evidenciam e/ou favorecem a visualização de sujeitos e grupos sociais historicamente silenciados. Sendo, portanto, um contraponto as pesquisas que resultam no silêncio, por exemplo, sobre os negros no Amazonas. Assim como iluminam os lugares de onde esses atores sociais negros falam, agora, sobre seus processos de luta por reconhecimento, como é o caso das mulheres da associação quilombola de Barreirinha. As memórias de lutas por reconhecimento dessas mulheres são trazidas neste texto à luz dos demais movimentos sociais e organizações que articularam acesso aos direitos a grupos étnicos como remanescentes quilombolas, estabelecidos nas leis do país a partir das últimas duas décadas do século XX. Com isso

intentamos destacar os papéis dessas lideranças femininas, que estiveram à frente da federação quilombola do município de Barreirinha e aparecem como figuras centrais nas narrativas quilombolas do Matupiri.

É a partir desse universo de entrelaçamentos de memórias, locais e regionais, construídas sobre a sua ancestralidade, das práticas cotidianas e das manifestações socioculturais que os sujeitos do Matupiri indicam os elementos que devem compor a sua nova identificação étnica no Rio Andirá. Este novo contexto de emergências étnicas permite e exige para sua validação que as vozes da Amazônia possam construir suas próprias narrativas históricas que comporão o novo pensamento social da e sobre região, que aliás, vive em constante (re) construção.

Em outras palavras, compreender como a comunidade do Matupiri se diz, se auto identifica quilombola, passa antes de tudo por reconhecer e entender os inúmeros processos e formas de conhecimentos por eles acionados e utilizados. Essa é uma atividade não localizada no Andirá, mas que se liga a um contexto maior pelo qual novas identificações étnicas ganham força e constroem possibilidades de emergências e busca por direitos de povos e comunidades tradicionais por toda a Amazônia.

## Referências

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas** – Guardiões das matas e rios. Ed. Cejup/UFPA-NAEA, Belém: 1998, 2ª edição.

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **No caminho das pedras do abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

ALBERT, Verena. **Ouvir Contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. – 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, Wagner Berno de. **Cartografia social dos povos e comunidade tradicionais da Amazônia**. Plano de curso ministrado no Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP/UEA, Julho a Dezembro de 2012.

BARTH, Friedrik. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**, n. 19. Niterói: UFF, p. 15 – 30, 2005.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Valer-EDUA-INPA, 2007. 2ª ed.

BEZERRA NETO, José Maia. **Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição** (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888). Tese de Doutorado. PUC/SP, 2009.

CAMPOS, Sabrina Coelho, **Memória e luta: narrativas dos remanescentes de quilombos de Santa Teresa do Matupiri, São Pedro e Trindade**. Monografia em História. UEA. Parintins. 2010.

CAVALCANTE, Ygor O. R. “Fugindo, ainda que sem motivos”: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial. In: SAMPAIO, Patrícia M.(Org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Açai/CNPq, 2011.

CHAMBOLEIRO, Rafael. “Os escravos do atlântico equatorial”. In: **Revista Brasileira de História**. vol.26 no.52 São Paulo Dec.2006

DEL PRIORE, Mary. “Por uma História das Margens”, In: DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio (Orgs). **Os Senhores dos rios – Amazônia, Margens e Histórias**. Elsevier Ed. São Paulo, 2003.

FARIAS JÚNIOR, Emanuel de Almeida. **Do rio dos pretos ao quilombo do Tambor**. Manaus: UEA Edições, 2003.

FREITAS, Marilene Correa da Silva. “Os amazônidas contam sua História: território, povos

e populações”. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir (Orgs.). **Amazônia: território, povos tradicionais e ambientes**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FUNES, A. Eurípedes. **Nasci nas Matas, nunca tive senhor**. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese (doutorado em História) da FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

FUNES, Eurípedes. “Mocambos do Trombetas: memória e Etnicidade (séculos XIX e XX)”. In: Gomes, Flávio & Del Priore, Mary (Orgs). **Os Senhores dos rios – Amazônia, Margens e Histórias**. São Paulo: Elsevier, 2003.

FURNES, A. Eurípedes. “Nasci nas matas, nunca tive Senhor: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”. In: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (Org). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GAIA, Meliane. **Culturas e Identidades quilombola: análise de narrativas sobre participação das escolas locais nas festas populares de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha-AM. Relatório PAIC**. Universidade do Estado do Amazonas. Parintins, 2015.

GOMES, Adriana da. **A reconstrução do universo identitário dos remanescentes de quilombolas da comunidade de santa Tereza do Matupiri, através da memória coletiva e relatos orais**. Monografia em História. UEA. Parintins. 2010.

GOMES, Flávio Gomes. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séc. XIII e XIX)**. Tese (Doutorado em História) –UNICAMP/SP, 1997.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª ed.- Manaus: Editora Valler, 2007.

GUERREIRO, Ana Regina Pantoja. **História e Memória das Festas populares de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha-AM. Relatório PAIC**. Universidade do Estado do Amazonas. Parintins, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

LOUREIRO, Violetta Reffalefsky. **A Amazônia no século XXI. Novas fronteiras de desenvolvimento**. São Paulo: Editor Empório do Livro, 2009.

ROCHA, João Marinho da; SILVA, Júlio Cláudio da. “Memória de lutas nas narrativas de mulheres quilombolas do Matupiri: possibilidades de pensar, fazer, ensinar a História do Baixo Amazonas”. In: FERREIRA, Arcângelo; BIANCHEZZI, Clarice; SILVEIRA Diego Omar da; SILVA, Júlio Cláudio da (Organizadores). **Pensar, fazer e ensinar: desafios para o ofício do historiador no Amazonas**. Manaus: Valer-UEA Edições, 2015.

ROCHA, João Marinho da. “História e Memória das Festas populares de comunidades negras rurais do Matupiri - Barreirinha-AM”. In: **VIII Encontro Regional Norte de História Oral**, 2013. UFAC, Rio Branco, Acre.

ROCHA, João Marinho da. “História Oral, Cultura, Memória e Identidade quilombola: Narrativas orais sobre as festas populares da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha-AM”. In: **XII Encontro Nacional de História Oral**, 2014. UFPI, Terezina, Piauí.

MARQUES, Arlindo. **Culturas, Memórias e Identidades quilombola: Narrativas sobre como as festas populares são apropriadas pelos diferentes grupos da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha-AM. Relatório PAIC**. Universidade do Estado do Amazonas. Parintins, 2015.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Vértice, 2005. 5. ed.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabiola. **História Oral: como fazer, como pensar** : São Paulo, Contexto, 2011.

MOURÃO, Antônio Tadeu Carvalho. “Agora somos quilombolas”: a luta da comunidade de santa Tereza do Matupiri, pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo. Monografia de conclusão de curso. História UEA, Parintins, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos. Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV. 2002.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Ideias**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

SAMPAIO, Patrícia M.(Org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Açai/CNPq, 2011.298p.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte, Manaus: Superintendência cultural do Amazonas, 1989.

REZENDE-SILVA, Simone. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: **XII Colóquio de Geografia**, Bogotá, 7 a 11 de Maio de 2012

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. – Manaus: EDUA, 2012.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os Fios de Ariadne**. Manaus: EDUA, 1997.

SANTOS, Janete de Souza. **Cultura e Identidade: uma etnografia das festas no processo de identificação étnica do Andirá, quilombo matupiri, Barreirinha-AM**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História- PARFOR, 2ª Licenciatura) - Universidade do Estado do Amazonas. Parintins. 2015.

SILVA, Júlio Cláudio da. “Negra Amazônia: Memória e Identidade nos relatos da Comunidade de Santa Tereza do Matupiri – Amazonas”. In: VIII Encontro Regional Norte de História Oral,

2013. UFAC, Rio Branco, Acre.

SILVA, Júlio Cláudio da. “Memória e Identidade nos relatos dos quilombolas da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha-Amazonas” apresentado no XII Encontro Nacional de História Oral no ano de 2014. UFPI, Terezina, Piauí.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THONSOM, Alistair. “Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e a memória”. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC/SP, nº15, fev.1997. pp. 25-39.

TRINDADE FILHO, Carlos Alberto. Diálogo entre História e Memória nas narrativas dos quilombolas do lago Matupiri (Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Santa Tereza do Matupiri e Trindade) / Barreirinha, Amazonas. **Relatório PAIC**. Universidade do Estado do Amazonas. Parintins, 2015.

VELHO, Gilberto. **“Memória, identidade e projeto”**. Projeto e metamorfose, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v1.Brasília.Ed UnB; SP: Imprensa Oficial, 1994.

Enviado em: 15/11/2016  
Aprovado em: 27/12/2016